



MAIS DE 30 ANOS
A CONVERTER
CONHECIMENTO
EM VALOR

Concurso Limitado por Prévia Qualificação

Programa de Procedimento

**Aquisição de serviços de agências de viagens,
alojamentos e serviços conexos**

Data: novembro de 2022

PROGRAMA DO PROCEDIMENTO

1. TIPO DE PROCEDIMENTO

Concurso limitado por prévia qualificação ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do artigo 20.º do Código dos Contratos Públicos (CCP) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de janeiro, devidamente atualizado.

O presente procedimento integra as seguintes fases:

- a) Apresentação de candidaturas e qualificação de candidatos;
- b) Apresentação e análise das propostas e adjudicação.

1.1 Identificação do concurso

Concurso limitado por prévia qualificação n.º 2022 CPLQ/03/SAF, nos termos e condições definidas nas especificações constantes do caderno de encargos.

1.2 Entidade adjudicante

A entidade adjudicante é o “INEGI – Instituto de Ciência e Inovação em Engenharia Mecânica e Engenharia Industrial”, de agora em diante designado por INEGI, titular do NIPC n.º 501 814 957, com sede na rua Dr. Roberto Frias, n.º 400, 4200-465, freguesia de Paranhos, concelho do Porto e com os seguintes contactos para efeito do presente concurso:

- Rua Dr. Roberto Frias, n.º 400, 4200-465, freguesia de Paranhos, concelho do Porto
- Telefone: +351 22 957 87 10
- Fax: +351 22 95 37 352
- Correio eletrónico: inegi@inegi.up.pt
- Plataforma eletrónica de contratação pública: <https://www.acingov.pt>

1.3 Órgão que tomou a decisão de contratar

A deliberação de contratar foi tomada pela Comissão Executiva na reunião de 07.11.2022, ratificada na reunião do Conselho de Administração seguinte.

1.4 Órgão competente para prestar esclarecimentos

O órgão competente para prestar esclarecimentos é o Júri do procedimento.

1.5 Documentos de habilitação

Nos termos do artigo 81º do CCP, o adjudicatário deve apresentar seguintes documentos de habilitação:

- a) Declaração emitida conforme modelo constante do Anexo II ao CCP (Anexo II ao presente convite);
- b) Cópias dos documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do, n.º 1, do artigo 55º do CCP.

Todos os documentos de habilitação do adjudicatário devem ser redigidos em língua portuguesa ou inglesa;

Quando, pela sua própria natureza ou origem, os documentos de habilitação estiverem redigidos noutra língua estrangeira, deve o adjudicatário fazê-los acompanhar de tradução devidamente legalizada, sob pena de exclusão da proposta.

Em caso de subcontratação, os documentos referidos no número anterior devem ser apresentados também pelos subcontratados.

Os documentos de habilitação apresentados pelo adjudicatário serão disponibilizados, para consulta de todos os concorrentes, na plataforma eletrónica indicada em 1.2.

1.6 Prazo de apresentação dos documentos de habilitação

•• Todos os documentos de habilitação do adjudicatário devem ser obrigatoriamente apresentados no prazo de 10 (dez) dias úteis contados da data da notificação da adjudicação, sob pena de não o sendo, nos termos do nº 1 do artigo 86º do CCP, a adjudicação caducar.

Serão concedidos 5 (cinco) dias úteis para supressão de irregularidades detetadas nos documentos apresentados que possam levar à caducidade da adjudicação nos termos do artigo 86º do CCP, contados após notificação do adjudicatário, da resposta que defira a pronúncia em sede de audiência prévia, nos termos do nº 2 do referido artigo.

1.7 Modelo de Qualificação

- a) A qualificação dos candidatos assenta no modelo simples de qualificação, nos termos previstos no artigo 179º do CCP.
- b) No caso de os candidatos serem agrupamentos, aplica-se o disposto no artigo 182º do CCP.
- c) Os candidatos qualificados passam, em condições de igualdade, à fase da apresentação das propostas.

1.8 Requisitos mínimos de capacidade técnica

Para o efeito, os candidatos devem cumprir, cumulativamente, os seguintes requisitos de capacidade técnica, devendo para o efeito proceder à apresentação dos documentos constantes do nº 1.10 do presente programa

- a) Experiência curricular, recursos humanos, tecnológicos, de equipamento e outros:
 - i. Ter uma atividade e objeto social diretamente relacionados com a prestação de serviços de agência de viagens;
 - ii. Ter prestado nos últimos 5 (cinco) anos, serviços de agência de viagens, no mínimo a 5 (cinco) clientes, cada um dos clientes com um valor de contrato anual mínimo de 100.000,00€ (*cem mil euros*);
 - iii. Comprovar que tem ao seu serviço 50 (cinquenta) ou mais trabalhadores;
- b) Subscrição do sistema GDS – Global Distribution System;
- c) Acreditação pela *International Air Transport Association* (IATA);
- d) Inscrição ativa no Registo Nacional de Agentes de Viagens e Turismo (RNAVT);
- e) Sistemas de controlo de qualidade – apenas serão admitidos os candidatos que sejam titulares de:
 - i) certificação no âmbito da norma NP EN ISO 9001, ou equivalente, que corresponda à atividade objeto do presente procedimento;

1.9 Requisitos mínimos de capacidade financeira

Para efeitos de aferição da capacidade financeira, os candidatos devem preencher o seguinte requisito mínimo:

- a) O valor médio do volume de negócios relativo aos últimos 3 (três) exercícios concluídos (campo A 5001 da IES – Informação Empresarial Simplificada) deve ser no mínimo igual ou superior 5.000.000,00€ (cinco milhões de euros);
- b) O valor médio do Ativo relativo aos últimos 3 (três) exercícios concluídos (campo **A 5127** da IES – Informação Empresarial Simplificada) deve ser no mínimo igual ou superior a 2.500.000,00€ (dois milhões e quinhentos mil euros);

1.10 Documentos que constituem a candidatura

A proposta é constituída pelos seguintes documentos:

Concurso Limitado por Prévia Qualificação

Aquisição de serviços de agências de viagens, alojamentos e serviços conexos

© INEGI todos os direitos reservados

- a) Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP), disponível em <https://ec.europa.eu/tools/espd/filter> , de acordo com o Anexo I do presente programa;
- b) Declaração IES – Informação Empresarial Simplificada, relativa aos 3 (três) últimos exercícios concluídos, ou, em alternativa a declaração bancária de acordo com o modelo constante do Anexo VI ao CCP, nos termos do artigo 179º, n.º 3, al. a), do CCP;
- c) Cópia integral do balanço social, referente ao exercício dos últimos 3 (três) anos, que indique o número de efetivos, correspondente ao tipo de serviço objeto do presente concurso ou comprovativo dos descontos para a Segurança Social, que comprove o quadro de pessoal do candidato;
- d) Comprovativo do número de trabalhadores ativos;
- e) Pelo menos 5 declarações abonatórias, emitidas por clientes finais– cujo contrato tenha sido igual ou superior a €100.000,00/anual - destinatário da prestação de serviços, a quem o candidato tenha prestado serviços de agência de viagens, na qual conste a identificação das partes, objeto social da entidade emissora da declaração, data do início do contrato, sua duração e data do seu termo, valor anual ou total do contrato e a descrição sumária das funções desempenhadas;
- f) Declaração comprovativa em como é subscritor do sistema GDS – Global Distribution System;
- g) Declaração comprovativa em como está acreditado pela *International Air Transport Association* (IATA);
- h) Declaração comprovativa em como se encontra inscrito no Registo Nacional de Agentes de Viagens e Turismo (RNAVT);
- i) Cópia dos certificados referentes à:
 - i. Certificação do Sistema de Gestão da Qualidade (Norma ISO 9001, ou equivalente);
- j) Cópia da certidão permanente ou código de acesso, ou documento equivalente.

1.11 Assinaturas

Nos termos do n.º 2 do artigo 168º do CCP, a declaração referida na alínea a) do número anterior, deve ser assinada pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar.

Todos os documentos carregados na plataforma eletrónica têm de ser assinados eletronicamente, mediante a utilização de certificado de assinatura eletrónica qualificada, nos termos do artigo 54º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto, **sob pena de exclusão da proposta**;

Nos casos em que o certificado digital não possa relacionar diretamente o assinante com a sua função e poder de assinatura deve a entidade interessada submeter à plataforma um documento eletrónico oficial indicando o poder de representação e assinatura do assinante.

Concurso Limitado por Prévia Qualificação

Aquisição de serviços de agências de viagens, alojamentos e serviços conexos

© INEGI todos os direitos reservados

Todos os documentos deverão ser individualmente assinados eletronicamente, mediante a utilização de certificados de assinatura eletrónica qualificada, não bastando, sob pena de exclusão da proposta, a mera assinatura das pastas em que os documentos estejam inseridos.

1.12 Agrupamento concorrente

1. Os interessados poderão apresentar-se individualmente a concurso ou em conjunto com outras entidades, sem que entre elas exista qualquer modalidade jurídica de associação, desde que todas as entidades em questão, e apenas essas, se associem, antes da celebração do contrato, na modalidade jurídica de agrupamento complementar de empresas ou de consórcio externo, nos termos do Decreto-Lei n.º 231/81, de 28 de Julho, com sede em Portugal, com a indicação clara da modalidade de associação escolhida e da participação qualitativa e quantitativa de cada empresa constituinte, e possuam condições legais adequadas ao exercício de atividade compatível com o objeto do concurso.
2. Todos os membros de um agrupamento concorrente são solidariamente responsáveis, pela manutenção da sua proposta, assumindo as consequências legais.
3. Qualquer alteração na composição do agrupamento candidato/concorrente terá que ser autorizada pela entidade adjudicante, sob pena de exclusão do concurso, mediante solicitação escrita, assinada por todas as empresas constituintes, incluindo a renunciante e a que a substitui, se esse for o caso.
4. Se algum dos elementos deixar de fazer parte integrante do agrupamento candidato/concorrente, a sua quota de responsabilidade transitará, na íntegra, para os restantes elementos, sem prejuízo da entidade adjudicante, se assim o entender, acionar o elemento desistente e/ou os restantes, no sentido de se ressarcir dos prejuízos daí decorrentes.
5. No caso de consórcio externo, para além da indicação da percentagem de participação de cada uma das empresas, deverá designar-se uma delas para o desempenho das funções de “chefe de consórcio”, sem prejuízo da responsabilidade solidária das restantes.
6. A falência, dissolução ou inabilitação judicial do exercício da atividade social de qualquer das empresas do agrupamento candidato/concorrente, ou a pendência do respetivo processo, acarreta a imediata exclusão do agrupamento, seja qual for a fase em que o procedimento de concurso se encontre, sem prejuízo da responsabilidade solidária das restantes empresas do agrupamento concorrente relativa aos prejuízos causados à entidade adjudicante, pela sua exclusão.
7. Nenhuma entidade poderá figurar em mais do que um agrupamento candidato/concorrente, nem se apresentar integrada em agrupamento caso de candidate/concorra individualmente, sob pena de exclusão.

8. Os agrupamentos de empresas que, à data de apresentação da sua candidatura/proposta, já estejam legalmente constituídos sob a forma de consórcio externo, em regime de responsabilidade solidária, instruirão a sua proposta com um documento comprovativo de tal constituição.

9. Para cada um dos representantes indicados, devem ser disponibilizados os contactos telefónicos e de correio eletrónico, sendo o adjudicatário responsável pela sua atualização no prazo de vigência do contrato.

1.13 Idioma

Sem prejuízo do disposto no número seguinte, os documentos que constituem a proposta são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa ou inglesa.

Quando, pela sua própria natureza ou origem, os documentos estiverem redigidos noutra língua estrangeira, deve o adjudicatário fazê-los acompanhar de tradução devidamente legalizada, sob pena de exclusão da proposta.

1.14 Modo de apresentação das candidaturas

Os documentos que constituem a candidatura devem ser apresentados diretamente na plataforma eletrónica indicada em 1.2.

1.15 Prazo para apresentação das candidaturas

As candidaturas devem ser apresentadas até às **23:59** do 30º dia a contar da data de envio do anúncio para publicação no Diário da República.

1.16 Critério de adjudicação e desempate

O critério que presidirá à adjudicação será o da proposta economicamente mais vantajosa na modalidade multifator, nos termos do disposto no artigo 74º, n.º 1, al. a), de acordo com o modelo de avaliação das propostas constante do anexo III.

Em caso de empate entre duas ou mais propostas, será privilegiada a proposta que apresente a maior pontuação que cada uma delas obteve, nos sucessivos fatores a começar pelo de maior ponderação (preço). Caso o empate subsista será privilegiada a proposta que apresente um menor tempo de resposta às solicitações do INEGI. Se ainda assim o empate subsistir será realizado sorteio entre as propostas que se apresentarem ordenadas em primeiro lugar.

1.16 Caução

Para efeitos de garantia do exato e pontual cumprimento das obrigações que assume com a celebração do contrato, o Adjudicatário prestará, no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da

data de notificação de adjudicação, uma caução inicial no valor correspondente a 3% do preço contratual.

A caução será prestada nos modos previstos no n.º 2 do artigo 90.º do CCP, adotando os modelos correspondentemente previstos nos Anexos ao presente programa de procedimento.

1.17 Possibilidade de adoção de um ajuste direto

Se no futuro vierem a ser necessários novos serviços que consistam na repetição de serviços similares ao do objeto do presente concurso, poderá ser adotado um ajuste direto para a sua aquisição, nos termos e condições do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 27º do CCP.

2. CONTRATO RESERVADO

Não se trata de um contrato reservado, nos termos do disposto nos artigos 54º-A e 250º-D.

3. DESPESAS

Todas as despesas inerentes à elaboração e apresentação de propostas, bem como todas as despesas relacionadas com a celebração do contrato, constituem encargo dos concorrentes ou do adjudicatário, conforme o caso.

4. PREVALÊNCIA

As normas do programa do procedimento prevalecem sobre quaisquer indicações constantes dos anúncios com elas desconformes.

5. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

A todas as matérias que não estiverem especialmente reguladas no presente programa do procedimento, aplica-se o disposto no CCP.

6. ANEXOS

Anexo I – DEUCP

Anexo II – Modelo de declaração (Anexo II do CCP)

ANEXO I

[Modelo de declaração a que se refere a alínea a) do nº 1.7 do programa do procedimento]

(Artigo 57º, nº 6 do Código dos Contratos Públicos aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de janeiro, devidamente atualizado)

- Utilizar o formulário-tipo do Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP), aprovado pelo Regulamento de Execução (EU) 2016/7 da Comissão, de 5 de janeiro de 2016;
- O concorrente deverá completar o preenchimento do DEUCP pré-preenchido pelo INEGI, com as informações que lhe digam respeito, na área específica do Portal da Comissão Europeia, em Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP), disponível em <https://ec.europa.eu/tools/espd/filter>, utilizando para o efeito o documento pré-preenchido disponibilizado junto às peças do presente procedimento;
- As **PARTES IV** e **V** do DEUCP são aplicáveis ao presente procedimento.

ANEXO II

Modelo de declaração

(Artigo 81.º, n.º 1, alínea a) do Código dos Contratos Públicos aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, devidamente atualizado)

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos:

2 - O declarante junta em anexo [ou indica...como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (3)] os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (5)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(5) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º

ANEXO IV (modelo de avaliação da proposta)

1.º

Avaliação das propostas

1. O Júri procederá à leitura e análise das propostas, subsumindo-as individualmente, relativamente a cada fator do critério de adjudicação, ao descriptor determinado nos artigos seguintes do presente programa de concurso, determinando o impacto parcial individual de cada proposta.
2. Uma vez determinado o nível de impacto de cada proposta, ser-lhe-á fixada a pontuação correspondente ao nível a que a mesma tenha sido subsumida.
3. À pontuação atribuída nos diferentes fatores serão aplicados os respetivos coeficientes de ponderação.
4. Os cálculos matemáticos implicados nas operações de avaliação das propostas serão efetuados sempre considerando duas casas decimais, processando-se o arredondamento da pontuação final do critério de adjudicação até à terceira casa decimal.

2.º

Modelo de Avaliação

1. Para efeitos de análise das propostas serão considerados os documentos apresentados pelos concorrentes, sem prejuízo da possibilidade de serem solicitados esclarecimentos pela entidade adjudicante.
2. O mérito das propostas será aferido em função dos seguintes fatores de análise:

Fator	Cód.	Ponderação
Tempo de resposta	TR	20%
Metodologia da proposta	MP	15%
Taxa de desconto	TD	35%
Taxa de serviço	TS	30%

3. A pontuação das propostas será aferida de acordo com os pontos que se seguem.

3.º

Nota Global

1. A nota global (NG) é o cômputo final da pontuação atribuída à proposta, considerando os fatores que densificam o critério de adjudicação.
2. As propostas dos concorrentes serão apreciadas, analisadas, avaliadas e, em função disso, ordenadas por ordem decrescente, atenta a NG, decorrente da modalidade da melhor relação qualidade-preço.

4.º

Tempo de resposta

1. O tempo de resposta constitui período de tempo que medeia a solicitação da entidade adjudicante e o prazo máximo de resposta a essa solicitação, por parte do adjudicatário.

2. **Nota TR:** as propostas apresentadas serão pontuadas proporcionalmente ao prazo de resposta proposto, de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{Nota TR} = (1 - \text{Prazo de Resposta em Horas} + 4) / 4$$

Sendo que:

Prazo de resposta Máximo = 5 horas = Nota 0

Prazo de resposta Mínimo = 1 Hora = Nota 1

5.º

Metodologia da proposta

O fator metodologia da proposta (MP) terá em consideração, para efeitos de avaliação, a metodologia de apresentação das propostas, designadamente se a proposta é coerente, adequada e completa, na qual o concorrente demonstra de forma detalhada, clara e precisa todos os custos que contribuem para a formação do preço proposto, articulando coerentemente os diferentes requisitos das cláusulas técnicas e demais pontos esperados.

6.º

Taxa de desconto

1. A taxa de desconto será aplicada pelo adjudicatário ao valor da fatura.

2. **Nota TD:** o fator taxa de desconto (TD) será avaliado proporcionalmente, tendo em conta as taxas de desconto apresentadas a concurso, de acordo com a seguinte fórmula de avaliação:

Taxa de Desconto (D)

Lsup	Limite superior de pontuação	100
Linf	Limite inferior de pontuação	1
Fx	Desconto proposto (DVTF)	Variável
Fa	Maior Desconto considerável (DVTF)	16%
Fb	Menor Desconto considerável (DVTF)	0,01%

Se $Fx \in [0,01\%, 16\%]$

$$\text{Avaliação do fator desconto (D)} = ((Fx * 100) / 15\%)$$

Se $Fx \in [15\%, 100\%]$

$$\text{Avaliação do fator desconto (D)} = 100$$

Concurso Limitado por Prévia Qualificação

Aquisição de serviços de agências de viagens, alojamentos e serviços conexos

© INEGI todos os direitos reservados

7.º

Metodologia de avaliação do fator Taxa de Serviço

1. O fator taxa de serviço será avaliado de acordo com a ponderação indicada na Tabela 1.
2. São excluídas as propostas cuja análise revele que os preços apresentados sejam superiores aos preços base unitários definidos nas peças do procedimento.
3. A nota por cada taxa individual será efetuada da seguinte fórmula:
 - a. Preço Proposto = Preço Base Unitário = Nota 0
 - b. Nota = (Preço Base Unitário – Preço Proposto) / Preço Base Unitário

	Ponderação					
	Emissão		Alteração		Cancelamento	
Pa - Taxa de serviço aplicada para transporte aéreo						
Nacional	AEN	6,00000%	AAN	2,00000%	ACN	1,00000%
Internacional - Europa	AEE	15,00000%	AAE	4,00000%	ACE	2,00000%
Internacional - Intercontinental	AEI	15,00000%	AAI	4,00000%	ACI	2,00000%
Ph - Taxa de serviço aplicada para alojamento						
Nacional	HEN	6,00000%	HAN	1,60000%	HCN	0,80000%
Internacional	HEI	15,00000%	HAI	4,00000%	HCI	2,00000%
Pc - Taxa de serviço aplicada para transporte ferroviário						
Nacional	CEN	2,00000%	CAN	0,55000%	CCN	0,25000%
Internacional	CEI	2,00000%	CAI	0,55000%	CCI	0,25000%
Pr - Taxa de serviço aplicada para aluguer de viaturas						
Nacional	REN	2,00000%	RAN	0,55000%	RCN	0,25000%
Internacional	REI	2,00000%	RAI	0,55000%	RCI	0,25000%
Ps - Taxa de serviço aplicada para outros serviços complementares						
Transfers	SEM	2,00000%	SAN	0,55000%	SCN	0,25000%
Vistos	SEI	2,00000%	SAI	0,55000%	SCI	0,25000%
Entrega de documentação	SEE	2,00000%	SAV	0,55000%	SED	0,25000%
		71,00000%		19,45000%		9,55000%
					Total	100,00000%

Tabela 1 – Ponderação de taxas de serviço

ANEXO V

[Modelo de guia de depósito de dinheiro ou títulos]

(artigo 90º do CCP – decreto-lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro)

GUIA DE DEPÓSITO

Euros: _____

Vai _____ (nome ou designação social do adjudicatário), residente (ou) com sede em _____ depositar na _____ (sede, filial, agência ou delegação) do _____ (designação social da instituição de crédito) a quantia de _____ (valor da caução, também por extenso) em dinheiro (ou se for o caso) representada por _____ (descrição dos títulos), como caução exigida pela sua qualidade de adjudicatário do contrato de fornecimento de _____, a que se refere o procedimento _____ n.º ____/____, promovido pelo "INEGI - Instituto de Ciência e Inovação em Engenharia Mecânica e Engenharia Industrial"

Este depósito fica à ordem do "INEGI - Instituto de Ciência e Inovação em Engenharia Mecânica e Engenharia Industrial", a quem deve ser remetido o respetivo conhecimento.

(Data)

(Assinatura)

Anexo VI

[Modelo de garantia bancária]

(artigo 90º do CCP – decreto-lei nº 18/2008, de 29 de janeiro)

Garantia bancária nº _____

O Banco _____, com sede em _____, matriculado na Conservatória do Registo Comercial de _____, com o capital social de _____, presta a favor de "INEGI - Instituto de Ciência e Inovação em Engenharia Mecânica e Engenharia Industrial", garantia autónoma, à primeira solicitação, no valor de _____ € (extenso), correspondente ao depósito definitivo de ____%, destinada a garantir o bom e integral cumprimento das obrigações que _____ (empresa adjudicatária) assumirá no contrato que com ela o "INEGI - Instituto de Ciência e Inovação em Engenharia Mecânica e Engenharia Industrial" vai outorgar e que tem por objeto _____ (designação da prestação de serviços/aquisição de bens), regulado nos termos da legislação aplicável (Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de janeiro).

O Banco obriga-se a pagar aquela quantia à primeira solicitação do "INEGI - Instituto de Ciência e Inovação em Engenharia Mecânica e Engenharia Industrial" sem que este tenha de justificar o pedido e sem que o primeiro possa invocar em seu benefício quaisquer meios de defesa relacionados com o contrato atrás identificado ou com o cumprimento das obrigações que _____ (empresa adjudicatária) assume com a celebração do respetivo contrato.

A quantia supra referida será entregue ao "INEGI - Instituto de Ciência e Inovação em Engenharia Mecânica e Engenharia Industrial", beneficiária da garantia, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis contados desde a data da sua solicitação escrita, findo o qual, contar-se-ão juros moratórios à taxa mais elevada praticada pelo Banco para as operações ativas, sem prejuízo da execução imediata da dívida assumida por este.

A presente garantia bancária autónoma não pode em qualquer circunstância ser denunciada, mantendo-se em vigor até à sua extinção, nos termos previstos na legislação aplicável.

Local e data: ...

Assinaturas

ANEXO VII

[Modelo de Seguro-Caução à primeira solicitação]

A companhia de seguros, com sede em, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de, com o capital social de, presta a favor de (Entidade Adjudicante), e ao abrigo de contrato de seguro-caução celebrado com (tomador do seguro), garantia à primeira solicitação, no valor de, correspondente a (percentagem), destinada a garantir o bom e integral cumprimento das obrigações que (empresa adjudicatária) assumirá no contrato que com ela a (Entidade Adjudicante) vai outorgar e que tem por objeto (designação da aquisição de bens móveis e de serviços), regulado nos termos da legislação aplicável.

A companhia de seguros obriga-se a pagar aquela quantia nos cinco dias úteis seguintes à primeira solicitação da (Entidade Adjudicante) sem que esta tenha de justificar o pedido e sem que o primeiro possa invocar em seu benefício quaisquer meios de defesa relacionados com o contrato atrás identificado ou com o cumprimento das obrigações que (empresa adjudicatária) assume com a celebração do respetivo contrato.

A companhia de seguros não pode opor à (Entidade Adjudicante) quaisquer exceções relativas ao contrato de seguro caução celebrado entre esta e o tomado do seguro.

A presente garantia, à primeira solicitação, não pode em qualquer circunstância ser revogada ou denunciada, mantendo-se em vigor até à sua extinção ou cancelamento, nos termos previstos na legislação aplicável.

(data)

(assinaturas)

MAIS DE 30 ANOS
A CONVERTER
CONHECIMENTO
EM VALOR

**INEGI - Instituto de Ciência e Inovação
em Engenharia Mecânica e Engenharia Industrial**

Campus da FEUP | Rua Dr. Roberto Frias, 400 | 4200-465 Porto | PORTUGAL

T. +351 22 957 87 10 | F. +351 22 953 73 52 | inegi@inegi.up.pt

www.inegi.up.pt

